

CE QUI NE RESSEMBLE À RIEN N'EXISTE PAS ?

SOBRE A DEFINIÇÃO DE DEFINIÇÃO

Joana Fernandes
ISCAP
Portugal
joanaf@iscap.ipp.pt

Resumo

Este artigo constitui uma reflexão teórica sobre o conceito de definição, à luz da perspectiva da Terminologia. Serão passados em revista diferentes posicionamentos autorais que contribuem para a compreensão deste tipo de operação lógica-linguística. Para efeitos de operacionalização, salientam-se recomendações da Norma ISO 1087-1: 2000, que determina um conjunto de orientações sobre como elaborar uma definição intensional. Ainda que reconhecendo o carácter evolutivo do conhecimento de especialidade, inelutavelmente subjugado à temporalidade, defendemos o interesse académico de incorporar a reflexão sobre o que é e como se constrói uma definição na agenda dos estudantes das áreas de Comunicação e de Tradução. Em nosso entender, a representação conceptual por via da expressão linguística constitui um exercício que desafia o raciocínio inferencial e a aplicação de princípios classificatórios e organizadores potenciados pelos códigos verbais.

Palavras-chave: Terminologia, definição, definição intensional, harmonização, característica accidental, característica essencial.

Abstract

This paper is a theoretical approach to the concept of definition, a research topic that has become a major concern for Terminology. Several authorial perspectives will be considered in order to fully understand this complex logical-linguistic operation. In order to operationalise definition, we carry out detailed review of the Norm ISO 1087-1: 2000, which provides clear guidelines on how to build an intensional definition. Though the transformational nature of specialised knowledge is fully recognised, we argue the relevance of incorporating the topic on how to build a definition in the learning agenda of

undergraduates studying Communication and Translation. Concept representation by means of linguistic description is a cognitive challenge that implies applying inferential reasoning and classificatory and organising principles provided by language as a code.

Keywords: Terminology, definition, intensional definition, harmonization, accidental characteristic, essential characteristic.

0. Introdução

A fixação e a delimitação do significado são condição essencial para a validade do conhecimento. Em qualquer área de saber especializado, a aceitação e a legitimação de uma definição significam reconhecer, através de um conjunto de palavras que resultam de uma operação lógico-linguística, a existência de um padrão intersubjectivo. Deste modo, uma definição, por herança aristotélica, torna claro e comunitariamente aceite que *uma coisa é uma coisa* (Eco, 2001, p. 105). No quadro da tradição ocidental, para além da Filosofia, a definição tem sido objecto de indagação de áreas de conhecimento tão diferenciadas quanto a Lógica, as Ciências Naturais, a Semântica Lexical, a Lexicografia e a Terminologia. É à luz desta última perspectiva que se enquadra a reflexão teórica levada a cabo neste artigo.

As perspectivas sobre *o que é* uma definição, sendo fundamentalmente herdeiras dos enfoques clássicos da Lógica, da Retórica e da Filosofia, dificilmente se sintetizam numa visão integradora e transdisciplinar, como se pode ler no texto *Zur Lehre von der Definition*, de Heinrich Rickert ([1888], 2000, p. 196)¹: *Among various forms of scientific thought there is hardly another about which opinions diverge as widely as about definitions*. A assunção da existência de tal diversidade de heranças e de visões é um ponto de partida fundamental para qualquer reflexão, pelo que uma abordagem sobre *o que é* uma definição constitui tendencialmente um acto de simplificação teórica. Cumpre assim ressaltar que, de entre as diferentes concepções de definição, das quais se apresentará um recorte, sistematizam-se aquelas que cremos que poderão constituir um contributo teórico para as áreas da Comunicação e da Tradução.

¹ Excertos traduzidos para inglês por Sager (2000).

1. Sobre a *definição* de definição

Para Rickert ([1888], 2000, p. 203), o constructo racional que subjaz à definição radica na necessidade universal do pensamento humano encontrar a verdade e evitar a contradição, através da fixação do significado. Não admira pois, que para além da ostensão e da iconicidade², a língua, enquanto sistema semiótico privilegiado, assuma um papel central na representação desta operação. É neste sentido que, como explicam Branquinho & Murcho (2001, p. 230), o acto de definir consiste em especificar a natureza de algo, encontrando-se neste processo interrelacionadas operações fundamentais do pensamento e do discurso que aproximam a definição - enquanto produto - de uma fórmula que busca utopicamente um equilíbrio perfeito entre duas expressões: /.../ *nas definições, as expressões à esquerda (na posição de definiendum) são simplesmente as maneiras de dizer mais economicamente aquilo que é dito nas expressões à direita (na posição de definiens).*³

Pela relação que se estabelece entre a dimensão conceptual e a dimensão linguística, a par da sua crucial função de descrição e de estabelecimento de limites de um conceito, a definição torna-se um importante objecto de reflexão no domínio interno da Terminologia, a ponto de levar Rey a sustentar que: *definition and description are probably the core issues of terminology* (1995, p. 40).

Na sequência desta centralidade, a *definição* de definição acaba por se tornar um *Leitmotif* da Terminologia. Rey (1990, 1995, 2000), Sager (1990), Seppälä (2004), entre outros investigadores, utilizaram nos seus trabalhos este jogo melódico de aliteraões e de assonâncias para implicar outros efeitos retóricos de maior relevância - a polissemia e a ambiguidade inescapáveis ao exercício de *definir* definição: *The term 'definition' is variously ambiguous: it designates a logical operation as well as the production of a string of natural language; it designates the operation and its result.* (Rey, 1995, p. 41). Ao reconhecer essa multidimensionalidade inerente à definição, Rey (2000, p. 1) assume que o ponto de vista da Terminologia é necessariamente herdeiro da dimensão ontológica da definição. Assim,

² Vide Seppälä (2004, p. 9-10).

³ É aliás neste quadro que Dahlberg define definição como: The equivalence between a definiendum (“what is to be defined”) and definiens (“how is something to be defined”) for the purpose of delimiting the understanding of the definiendum on any communication case. (1983, p. 20).

uma das perspectivas possíveis será entendê-la como uma operação lógico-linguística que almeja descrever a essência de um conceito:

Definition can be defined in various ways. In an ontological frame of mind, one can, for example, try to describe it as the essence of a certain logical-linguistic operation which is necessary for the restricted availability of linguistic signs.

Neste enquadramento, o ponto de vista etimológico revela uma curiosidade não despicienda: a ideia de *fixação de um limite*, importando recordar que as palavras *definição* e *termo* se encontram etimologicamente ligadas por essa propriedade comum (Rey, 1995, p. 41):

The words 'definition' and 'term' are linked by a common feature: by their original meaning they indicate the fixation of a limit, an end (de-fin-e) and its result (term). At the conceptual level, for a word to be called 'a term', it must be distinguishable from all others as an item in a group, i.e., in a terminology. The only way of expressing this system of reciprocal differences is the operation definition.

Com efeito, a ideia de limite e de fronteira revela-se fundamental para compreender a relação entre termo, definição e conceito. Neste quadro, a definição será uma representação linguística⁴ que estabelece os limites de um conceito designado por um termo, como explica Costa (2013, p. 40):

Definitions are the main concern of terminological and lexicographical work alike since they allow us to establish the boundaries of a concept designated by a term. The definition allows for the establishment of a relationship between the concept and the term that is used to evoke it.

⁴ Rickert sublinha que, ainda que um conceito seja uma representação, a representação é distinta do conceito, porque: /.../ in the case of representation the relevant properties are left undecided; today one may think of one property and tomorrow of another. In the case of a concept, on the other hand, the "characteristics" are permanently and precisely specified as the essential constituents of thing, ([1888], 2000, p. 232).

Hempel (1970, p. 653-655) entende a definição como um pilar da formação e da afirmação de conceitos, assim como da construção de teorias. Nas suas palavras, a definição é perspectivada como um *método*:

/.../ definition is an important method of concept formation./.../ concept formation and theory formation in science are so closely interrelated as to constitute virtually two different aspects of the same procedure.

Esta concepção é também resgatada por Seppälä (2004, p. 20), que sustenta que a definição pode ser entendida como uma operação que fixa e/ou cria um sentido ou um conceito com o intuito de promover a facilidade de comunicação. Num trabalho de investigação posterior Seppälä (2007, p. 25), tendo efectuado um vasto exercício analítico, no âmbito da literatura sobre definição em Terminologia, reitera que a diversidade de tipologias sobre a definição propostas por linguistas, lexicógrafos e terminólogos dificulta a tarefa de compreender quais são as características da definição em Terminologia:

Une étude plus détaillée de différents auteurs montre, en effet, que certaines typologies sont fondées sur des critères de classification peu clairs ou non précisés, par exemple lorsque les caractères distinctifs ne sont pas énoncés de manière explicite, voire sont totalement absents. On trouve, en outre, des typologies qui opposent des types de définitions dont les traits distinctifs sont de nature différente, non exclusifs les uns des autres, donc souvent compatibles.

A ideia de diversidade e de complexidade⁵ é, como tem sido aqui salientado, uma percepção comum em diferentes quadrantes do estudo da definição, justificando-se a

⁵ Também Blanchon (1997, p. 171) identificou num trabalho anterior três eixos gerais nos quais se ancora grande parte das tipologias passíveis de serem identificadas na literatura: o primeiro radica na oposição entre a Lexicografia tradicional e Terminologia, distinguindo, fundamentalmente definições de tipo lexicográfico, terminológico e enciclopédico; o segundo eixo diz respeito ao conteúdo lógico da definição terminológica, estabelecendo genericamente distinções entre definições intensionais ou extensionais e genéricas ou partitivas; o terceiro eixo releva da estrutura das definições, estabelecendo a distinção entre definições sinonímicas, parafrásticas, metalinguísticas, entre outras. Não obstante o interesse desta categorização, o trabalho de Blanchon (1997) não contribui explicitamente, na óptica de Seppälä (2007, p. 24-25), para dilucidar as características do conceito de definição. A investigadora propõe um conjunto de dezassete critérios. Dado constituir tanto uma operação como uma representação (2007, p. 28), a definição pode ser analisada quer do ponto de vista da forma quer da óptica das funções que desempenha. A vastidão de critérios propostos permite identificar diferentes dimensões, de entre as quais

necessidade de seleccionar contributos que, a nosso ver, terão uma maior aplicabilidade às áreas da Comunicação e da Tradução. De entre esses contributos saliente-se o de Felber (1985, p. 135), para quem definição é uma descrição de um conceito que faz uso de relações de similaridade para determinar o seu lugar exacto no interior de um sistema.

1.1. A natureza relacional da definição: da similitude à diferença

Ao ter, presumivelmente, afirmado que *ce qui ne ressemble à rien n'existe pas*, (citação atribuída por Prévert a Valéry), este último põe indirectamente em evidência a importância do estabelecimento de relações de similitude na compreensão de um conceito, permitindo antever uma visão da definição enquanto operação lógica e linguística fundamentalmente sustentada na avaliação da similitude (Felber, 1985:135). Porém, como será explicitado, se as relações de semelhança representam um elemento crítico, a determinação da diferença, como defende Seppälä, é igualmente um aspecto fundamental (2007, p. 27):

En terminologie, comprendre un concept suppose en connaître la définition. C'est elle qui permet de délimiter le concept grâce à une description de ses caractéristiques et par l'établissement de relations entre ses différents éléments définitoires. C'est également elle qui permet de déterminer la place que le concept occupe par rapport aux autres concepts d'un domaine.

Neste ponto, será importante referir que a possibilidade de o conceito ser passível de ser descrito por via de uma definição sustentada em signos linguísticos não colhe absoluta consensualidade⁶. Todavia, em Terminologia, a descrição do conceito é fundamentalmente perspectivada por intermédio de expressões de natureza linguística.

a sua natureza, a gama de propriedades inerentes à sua construção e uma multidimensionalidade de dimensões pragmático-comunicativas que se prendem directamente com a sua função.

⁶A possibilidade de definir um conceito em língua (natural) não é uma questão absolutamente consensual. Produzir uma definição tendo em conta diferentes significados é, na perspectiva de Roche et al. (2009, p. 1), uma tarefa de difícil exequibilidade: *Writing definitions taking into account the different meanings remains difficult, even in technical domains where standards already exist. A perspectiva advogada é a de que definição de um conceito só é possível recorrendo à linguagem formal: /.../ term definitions written in natural language need to be separated from concept definitions written in a formal language. The former are viewed as linguistic explanations while the latter are considered logical specifications of concept. (Roche et al. 2009, p. 2).* Em nosso entender, as objecções face à possibilidade de a língua constituir uma ferramenta apta à definição de conceitos são similares à aceitação do recurso ao

Retomando a questão da importância da componente relacional convocada por Felber (1985), Depecker (2002, p. 68) sustenta a importância da determinação da natureza das relações existentes entre características, porquanto este último entende a definição como um enunciado que representa as características do conceito e as relações que entre estas se estabelecem:

/.../ un micro système constitué par l'énoncé des caractères du concept et des relations qu'ils forment entre eux. Ces caractères sont sélectionnés, dans l'énoncé qui les énumère, en fonction notamment du point de vue adopté, de la description recherché, du degré de précision voulu, de la formulation retenu, de la culture considérée.

Em Terminologia, as relações conceptuais consideradas para representação do conhecimento são alvo, do ponto de vista teórico, de perspectivas não necessariamente convergentes, como se pode ler em Sager (1990, p. 29-3), Cabré (1993, p. 201-206), Meyer *et al.* (2001, p. 103-104) e Depecker (2002, p. 150-158), entre outros autores. Com alguma recorrência, sustenta-se a distinção entre relações lógicas e relações ontológicas. Depecker (2002, p. 150) descreve as primeiras como: */.../ des rapports de ressemblance, d'identité ou d'opposition entre concepts. Dans une relation logique, les concepts possèdent au moins un caractère en commun.*

As relações desta índole subdividem-se em três tipos: relações genéricas, relações específicas e relações de coordenação. Considera-se genérica uma relação que implica que a intensão de um determinado conceito compreenda outros conceitos subordinados; uma relação é específica quando um conceito é incluído num outro, exibindo, pelo menos, uma característica específica suplementar. Uma relação é de coordenação quando dois conceitos dependem de um mesmo conceito, que lhes é imediatamente superior (Depecker, 2002, p. 152-153).

texto de especialidade como veículo de acesso ao conceito. Todavia, nas perspectivas de Rey (1995, 2000) de Depecker (2002, p. 19), é através da descrição de um conceito, essencialmente sob a forma de definição linguística que se pode determinar que o conceito corresponde à definição visada. Nesta óptica, afirma Depecker, serão poucas as disciplinas - fora da Lógica e da Filosofia - que terão um acesso tão imediato ao conceito como a Terminologia.

As relações ontológicas, por sua vez, baseiam-se na natureza dos objectos e no modo como estes se encontram organizados na realidade. Podem, por isso, ser de carácter partitivo ou de carácter associativo (*Ibidem*, p. 150): /.../ *sont généralement définies comme des rapports entre concepts dont les objets auxquels ils renvoient sont en relation de présence ou de contiguïté.*

A relação partitiva é de natureza hierárquica, representando o objecto uma parte do todo, a passo que a relação associativa não é hierárquica (Depecker, 2002, p. 155), podendo estabelecer-se por proximidade⁷. Em suma, as relações conceptuais podem ser subcategorizadas do seguinte modo:

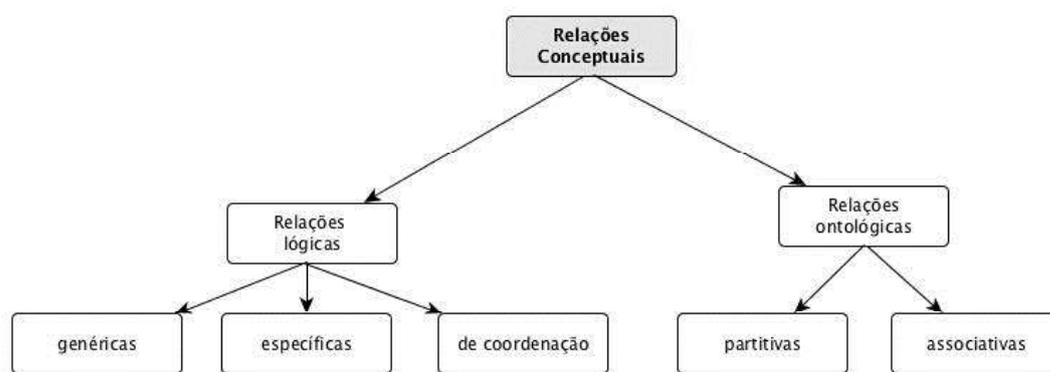


Figura1. Relações conceptuais (baseado em Depecker, 2002).

A perspectiva de Vézina *et al.* (2009, p. 36) valoriza claramente a componente relacional da definição, aproximando-se da de Depecker (2002). Os investigadores consideram a definição como um *énoncé linguistique qui décrit un concept et qui permet de le situer dans un système conceptuel*. Parece-nos particularmente interessante esta última proposta, por permitir antever uma relação de reciprocidade entre definição e sistema conceptual, uma vez que, se a definição permite situar um conceito num determinado sistema conceptual, o sistema conceptual pode constituir um elemento de auxílio na redacção da definição.

Como foi referido no início desta secção, a questão da definição em Terminologia não é – do ponto de vista teórico – tão pacífica quanto seria de supor, complexificando-se

⁷ Sager (1990) apresenta uma visão algo distinta da de Depecker (2002), considerando a existência de relações genéricas e partitivas, mas propondo um terceiro tipo que denomina relações complexas: concepts are often seen as being inter-related in a complex manner which cannot be conveniently captured by straightforward generic and partitive structures (1990, p. 34). De entre as possíveis relações de tipo complexo enuncia, por exemplo, as de produto-material, instrumento-processo, contentor – objecto, qualidade-objecto.

em particular quando se aborda o conceito de definição terminológica. Herdeira do ideal wüsteriano de univocidade - numa óptica puramente teórica - este tipo de definição tornar-se-ia apenas aplicável a um termo *puro*, passível de ser traduzido para qualquer língua e enquadrável num sistema terminológico consistente, dentro do qual cada conceito é construído clara e univocamente. Deste modo, a natureza da definição terminológica seria inelutavelmente determinada pela natureza dos sistemas conceptuais em causa e pela classe de objectos em questão (Rey, 1995, p. 43): *If the subject field is not determined and structured, or if it is heterogeneous, pragmatic and empirical, the pure terminological definition cannot even be formed.* Pelas dificuldades evocadas, Bessé (1997, p. 63)⁸ salienta que a identidade e os princípios necessários à formulação da definição terminológica não são fáceis de dilucidar:

Is there such thing as a terminological definition? If we make the not unreasonable assumption that there is, what then are its characteristics? How does it differ from a lexicographic definition and an encyclopedic definition? What does it have in common with the other types of definition? What are the guiding principles for formulating terminological definitions?

No quadro teórico do autor em referência, o acto de definir deve ser sustentado por uma análise conceptual que pressupõe descrever, delimitar e distinguir conceitos, exercício esse que pressupõe o estabelecimento de classificações, de hierarquias e de estruturas (Bessé, 1997, p. 66):

Terminological definitions reflect the culture of the community for which they were written. They are very closely linked to the development of scientific knowledge, ideological structures, and the archaeologies of knowledge.

É neste sentido que Seppälä (2007, p. 20) considera a definição como uma espécie de *fotografia* do sentido ou do conceito, com toda a subjectividade que tal implica.

⁸ Traduzido por Sager.

1.2. A herança aristotélica das normas ISO

No plano da regulação de boas práticas conducentes à garantia de qualidade do trabalho terminológico, a *definição* de definição proposta pela Norma ISO 1087-1 (2000, p. 6), *Terminology Work, Vocabulary: Theory and Application, Part 1* merece particular destaque, considerando-se ser um enunciado descritivo que representa um conceito, tendo como finalidade diferenciá-lo de outros conceitos: */.../ representation of a concept /.../ by a descriptive statement which serves to differentiate it from related concepts.*

A Norma considera que a definição é a representação de um conceito através de um enunciado descritivo que permite estabelecer a distinção entre conceitos relacionados. O mesmo documento, na componente de anexos, apresenta uma formulação ainda mais sucinta: *a representation of a concept by a statement which describes it* (ISO 1087-1, 2000, p. 38), não sendo feita referência à *differentia*. É aqui adoptada a forma tradicional da definição aristotélica, estabelecendo a distinção entre definições por intensão (as que especificam o género próximo e a diferença específica) e definições por extensão (as que enumeram os membros de uma dada classe).

Ainda no âmbito normativo e recomendativo, será importante fazer referência a um outro contributo: o texto publicado pela *Conference of Translation Services^{SEP} of European States⁹, Recommendations for Terminology Work* (2003, p. 88), que tem como objectivo geral contribuir para a consciencialização pública e privada da importância da terminologia na comunicação especializada, expondo de forma sistemática a natureza, os requisitos e os métodos subjacentes ao trabalho terminológico. Aqui, a *definição* de definição é - em grande parte - idêntica à da ISO 1087-1: 2000, excluindo a alusão explícita às componentes intensional e extensional: */.../ statement that describes a concept by naming its characteristics (intensional definition) or its specific concepts or parts (extensional definition) and which distinguishes it from neighbouring concepts.*

Ponderadas as diferentes perspectivas, parecem-nos da maior relevância os contributos descritos, por conjugarem - ainda que contemplando ópticas não necessariamente convergentes - a herança lógico-filosófica com a perspectiva linguística. Neste artigo, subscreve-se a visão de que a definição terá por objectivo permitir que o

⁹ Comumente conhecido pelo acrónimo COETSOES.

conceito seja claramente *cartografado*, distinguindo-se de outros conceitos, dentro de um determinado sistema conceptual - Felber (1985), Bessé (1997), Depecker (2002) e Costa (2011). Entendê-la-emos, por isso, como uma operação lógico-linguística que consiste em determinar as características que identificam com singularidade a intensão de um conceito, permitindo a sua localização no interior de um sistema conceptual.

1.3. Intensão e extensão

A dicotomia entre intensão e extensão é uma herança aristotélica muito discutida em Semântica e em Filosofia da Linguagem, dizendo respeito a dois tipos distintos de valor que uma determinada categoria ou uma determinada expressão linguística pode ter: os objectos aos quais a expressão linguística se aplica constituem a sua extensão; por outro lado, a representação conceptual ou o conceito contido na expressão representa a sua intensão. Como bem explica Eco (2001, p. 104-105), demonstrar *o que uma coisa é* (extensão) não significa o mesmo que tornar claro ou provar que *uma coisa é uma coisa* (intensão)¹⁰:

Não se define homem dizendo que corre ou que está doente, mas dizendo que é animal racional de tal modo que o definiens seja co-extensivo ao definiendum e reciprocamente, isto é, que não haja nenhum animal que não seja animal racional.

A definição em compreensão ou intensão delimita um conceito através de uma propriedade comum a todos os seus membros; a definição extensional aponta para um ou mais membros da classe a definir. Todavia, na óptica de Seppälä (2007, p. 41), a natureza dos traços definitórios da intensão permanece em aberto, ainda que seja este o tipo de definição preferencial, como se pode ler em Felber (1987, p. 98), Sager (1990, p. 24),

¹⁰ Um dos exemplos comumente utilizado para explicar a distinção entre os dois tipos enunciados diz respeito à definição de planeta: uma definição extensional corresponderá à enumeração dos objectos para os quais o conceito remete, neste caso: Mercúrio, Vénus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno... A extensão de uma definição pode, naturalmente variar. No caso do planeta Urano, só em 1871 é que foi incluído na lista, Neptuno em 1847 e Plutão tem um estatuto *sui generis*, no quadro do sistema solar. Uma definição intencional corresponde à identificação do conjunto de característica que permitem aferir se um determinado objetivo pode ser colocado no interior da extensão: astro que gira à volta do Sol, sem luz própria, e que pode apresentar luminoso pela reflexão dos raios solares. "Planeta", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2013), <http://www.priberam.pt/DLPO/Planeta> [consultado em 30-01-2015].

Wright *et al.* (1997, p. 30), Cabré (1999, p. 98) e Temmerman (2000, p. 79), entre outros. O termo *intensão - terme traditionnel, mais qui prête à confusion* (Depecker, 2002, p. 94) é sinónimo de *définition par inclusion* (Rey-Debove, 1971) ou *définition spécifique* (Felber, 1987).

Do ponto de vista normativo e da regulamentação de boas práticas do trabalho terminológico, a Norma ISO 1087-1 (2000, p. 6), como esquematizado na figura abaixo, especifica que a definição intensional: *describes the intension of a concept by stating the superordinate concept and the delimiting characteristics*. A definição por extensão é, por sua vez, entendida como uma */.../ description of a concept by enumerating all of its subordinate concepts under one criterion of subdivision*” (ISO 1087-1, 2000, p. 6). O esquema que a seguir se reproduz é revelador do entendimento da norma quanto à relação entre conceito, designação, definição extensional e definição intensional:

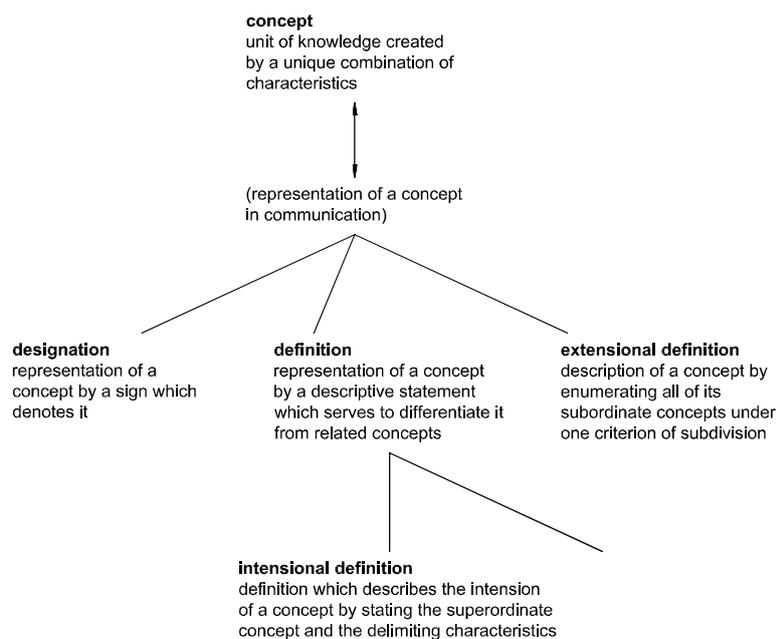


Figura 2. Relação entre conceito, designação e definição (ISO 1087-1:2000, p. 25).

Ainda no âmbito da mesma Norma se recomenda a importância de optar, sempre que possível, por definições do tipo intensional, pela razão evidente de que este tipo de descrição explicita as características essenciais (distintivas) e permite posicionar o conceito num sistema conceptual. O *Conference of Translation Services of European States Recommendations for Terminology Work* (2003, p. 27) valida igualmente esta perspectiva:

An intensional definition is based on the next higher concept (generic concept) and gives the characteristics that permit the concept to be defined and that delimit it from the neighbouring concepts.

A Norma ISO 704 (2009, p. 24) exemplifica a diferença entre uma definição correctamente contruída e uma definição que se afasta dos princípios que temos vindo a enunciar. No exemplo abaixo, a definição do conceito de <*mechanical mouse*> identifica o género próximo <*computer mouse*> e as características que determinam a *differentia*:

mechanical mouse

<computing> computer mouse in which movements are detected by a ball on its underside that activates rollers in physical contact with the ball

This *terminological entry* is to be read as: “[A] mechanical mouse [is a] computer mouse in which movements are detected by a ball on its underside that activates rollers in physical contact with the ball”.

Exemplo 1. Definição intensional (ISO 704, 2009, p. 24).

A Norma apresenta também o exemplo de uma definição do mesmo conceito construída inadequadamente, dado que - como é explicado – inclui como característica uma *subdefinição* de <roller>:

mechanical mouse

inappropriate definition computer mouse with rollers, moving parts made up of a shaft and encoding disk inside the mouse casing, that detect the ball movement which in turn controls the pointer on the computer screen

This *definition* includes the *characteristic*, moving parts made up of a shaft and encoding disk inside the mouse casing, which is a hidden definition of the *concept* ‘roller’. This characteristic should not be included in the definition of ‘mechanical mouse’ but be used in a separate *definition* for the *concept* ‘roller’.

Exemplo 2. Definição intensional incorrectamente construída (ISO 704:2009, p. 28).

Fica deste modo claro que a definição intensional não deve conter características que pertençam aos conceitos superordenados ou subordinados, devendo apenas: (1) clarificar a classe a que o conceito definido pertence, (2) especificar o que o distingue de outros conceitos situados na mesma classe e (3) enumerar todas as suas características essenciais (Bessé, 1997, p. 69). É aliás também este o ponto de vista de Seppälä (2005, p. 64) quando descreve o modo definitório por intensão ou por compreensão:

Ce type de définition /.../ se caractérise par la présence d'un concept plus général, superordonné (l'incluant ou le générique) – normalement le concept

générique le plus proche, qui dans une représentation arborescente se trouve directement au-dessus de celui qui est défini –, et d'au moins un concept spécifique et/ou différentiateur (appelé caractère ou spécifique), qui ramène le genre à une espèce et permet également de distinguer le concept à définir des autres concepts appartenant au même système.

A descrição de Seppälä ilustra claramente a natureza hierárquica subjacente à representação arborescente por género e por espécie, que defendemos como muito útil, do ponto de vista das aplicações pedagógicas no âmbito dos estudos em Comunicação Especializada e em Tradução.

2. Contexto definatório, descrição e explicação

A distinção que Kocourek (2001, p. 173) estabelece entre definição e contexto definatório é algo vaga: /.../ *définition (contexte metalinguistique avec un syntagme définissant) et contexte définitoire (moins formel, mais suffisant)*. Por seu turno, Blanchon (1997, p. 169), defende que o contexto se define por uma frequente incompletude, proporcionando informação lacunar sobre o conceito e podendo activar diferentes interpretações, contrariamente à definição, que descreve o conceito com precisão. A carga ideológica, a manifestação de idiosincrasias e de subjectividade autoral estará mais patente nos contextos definatórios (Blanchon, 1997, p. 169):

Contexte et définition apportent des informations différentes. Le contexte peut en effet ne fournir que des informations incomplètes sur la notion, ce qui peut induire un certain flou notionnel nuisant à la compréhension. La définition, au contraire, est censée faire le tour de la notion, dans un environnement et dans un but donné, et bien la situer dans le système notionnel du domaine.

O contexto, da forma como é entendido nas recomendações da *Conference of Translation Services of European States* (2003, p. 35), pode congrega aspectos intensionais e extensionais:

The context is the piece of text surrounding a term. It may be defining or linguistic. /.../ The “defining context” indicates essential characteristics of the object or shows the function that the object has or the effects that a process has, etc.

Nas *Guidelines for Terminology Policies* (2005, p. 12), os contextos são perspectivados como definitórios ou como ilustrativos¹¹, defendendo-se que, quando, do ponto de vista da gestão terminológica, não há tempo para a recolha ou redacção de definições, aqueles podem funcionar como alternativa e/ou como prova documental para análise do uso e de colocações:

Contexts (comprising also definitional and illustrative contexts): /.../ in the environment of terminology management illustrate the function of a term in discourse, i.e., they are chunks of text. Documenting different functions of contexts is very useful and when there is no time for extensive definition writing, documenting contexts provides a useful alternative, in particular when corpus analysis is used to create large corpora in a short time. Contexts support definitions and in some cases they may be the only information available (in the absence of definitions). They are valuable even in the presence of definitions because they demonstrate that the definition is the correct one for a given instance. In any case, they can be considered an authentic source for analyzing the usage of terms as well as their collocations.

A análise de contextos definitórios é uma tarefa relevante na etapa preliminar de um qualquer projecto terminológico. Todavia, a Norma ISO 704 (2009, p. 30) sustenta que:

A defining context is a context that allows the user to deduce the meaning of the concept by implication. The defining context cannot replace an intensional definition, only supplement it. Defining contexts may be collected at the beginning of a terminology project, when concept systems and coherent definitions have not

¹¹ Também Dubuc ([1978] 2002, p. 30-31) estabeleceu essa distinção, considerando ainda que o contexto também pode ser de natureza associativa.

yet been formulated. At the end of the project it may be decided to keep them in the terminological resource¹².

No que diz respeito ao conceito de descrição, a mesma Norma (*Ibidem*, p. 29), define-o como:

A concept description can provide a wide range of information about a concept (e.g. historical information, instances of the concepts, properties, characteristics) but it does not focus on providing the characteristics that make up the intension of the concept, as does the definition. Concept descriptions are not representations of the concept. They do not have a conventional format and most often take the form of running text. Often, concept descriptions are cited from existing sources.

No que concerne ao conceito de explicação, Felber (1985) entende-o como correspondendo à descrição de um conceito que não contempla o intuito de o posicionar no interior de um sistema conceptual: *Une explication est une description d'une notion, qui est faite indépendamment de sa place dans un système des notions*. Felber (1985, p. 134). Encontramos pois em Roche (2012) e anteriormente em Hempel (1970) o argumento de que a descrição/explicação se poderá aproximar da natureza da definição, mas, a maioria das vezes, aquela é perpassada por alguma vaguidade, associada à reformulação, reiteração ou exemplificação de um ou de outro aspecto da definição (Hempel, 1970, p. 664):

Explication is concerned with expressions whose meaning in conversational language or even in scientific discourse is more or less vague /.../ Explications having the nature of proposals, cannot be qualified as being either true or false¹³.

No entanto, não é este o entendimento da Norma ISO 704 (2009, p. 30), na qual se pode ler:

An explanation provides an account of how a concept operates or of its application but does not define what it is. Some explanations, known as operational

¹² Sublinhado nosso.

¹³ Sublinhado nosso.

definitions, may be in point form or in the form of graphic or flow charts, but they are not considered proper terminological definitions.

Será lícito considerar que tanto o contexto definitório como a descrição e a explicação exibem tendencialmente, como já referido, um carácter fragmentário e incompleto, visível em marcas enunciativas como a anáfora, a elipse e diferentes tipos de modalização inescapáveis à subjectividade do enunciador. Será pois por esse carácter difuso que alguns investigadores consideram mais prudente utilizar a designação genérica *contextos ricos em informação conceptual* (Meyer, 2001, p. 282), abarcando, deste modo, para além das definições, contextos definitórios e de descrições e explicações.

3. Construção da definição em Terminologia

Os aspectos acima observados permitem inferir que, tanto do ponto de vista lógico como linguístico e textual, a construção da definição – em particular da definição intensional – implica uma atitude metódica que não preside necessariamente à construção da generalidade dos contextos definitórios e das explicações que se encontram na literatura de especialidade. Enquanto operação lógica, a definição impõe ao terminólogo a realização de um processo de subcategorização e de selecção das opções linguísticas tão precisas quanto possível para expressão dessa subcategorização, que permita - nas palavras de Rickert - capturar a constância do conceito ([1888] 2000, p. 229), tendo em mente que a definição designa /.../ *the entire act of thought that includes both synthesis and analysis*¹⁴ (*Ibidem*, p. 228).

3.1. Género e *differentia*

São múltiplos os modelos que explicitam o que deve integrar a representação da estrutura e do conteúdo da definição. Strehlow (1997, p. 77) salienta os elementos principais que deverão ser considerados e que decorrem da herança filosófica aristotélica, sustentando que há dois tipos principais de informação que devem estar presentes numa

¹⁴ Sublinhado nosso.

definição: informação hierárquica (género e espécie) e aspectos diferenciadores - propriedades essenciais e acidentais (Strehlow, 1997, p. 77):

Genus is a general class; species, the selected sub-class; differentia, the distinguishing features that may include properties viewed as essential characteristics; and accidental properties are cited as useful incidental aspects, i.e., properties that occur in some individual instances.

Os conceitos de género e de diferença têm sido utilizados e reinterpretados em função de diferentes enfoques sobre a definição, considerando-se que o género próximo deverá expressar a categoria ou a classe geral a que pertence o objecto definido, através de relações de subordinação. Como explica Rickert ([1888], 2000, p. 240):

Aristotle demands that one specify the genus, precisely because he considers it the expression of the “essence” and by subordinating an object to the genus, the definition should also therewith grasp the object.

A diferença específica corresponderá à(s) particularidade(s) que distingue(m) o objecto definido face a outros membros da mesma classe. É, deste modo e nesta óptica, compreensível que, do ponto de vista redaccional, a definição seja alvo de constrições que visem a precisão da expressão linguística. Picht & Draskau (1985, p. 180) representam a estrutura formal da definição com base na seguinte fórmula:

<i>Definiendum = definens</i>

Exemplo 3: Formulação da definição (Picht & Draskau, 1985, p. 180).

No que respeita à arquitectura interna da expressão linguística da definição, não obstante a importância de uma certa normatividade, a formulação a nível tipográfico, lexical e sintáctico pode implicar adaptações ditadas pelo contexto pragmático de trabalho do terminólogo (Pascual & Pérry-Woodley, 1995, p. 23):

Il semble clair que la formulation-même de la définition (au niveau typographique, dispositionnel, syntaxique, lexical, ...) dépend de facteurs tels que le

but du discours, le type de document, le domaine de connaissances, la “culture” du lecteur, et les connaissances partagées. Le travail envisagé sur un corpus précis de textes à consignes devrait conduire à l'élaboration de connaissances à ce sujet.

Em todo o caso, a observação geral das regras de construção defendidas em múltiplos trabalhos (Wright & Budin: 1997, p. 871; Pearson, 1998, p. 125-135; e Vézina, 2009, p.12) permite extrair alguns pressupostos essenciais, no que respeita a aspectos de forma e de conteúdo. Vézina (2009, p.12-16) é particularmente explícito na sistematização das regras inerentes à construção da definição, enunciando um conjunto de sete princípios: (1) princípio da concisão; (2) princípio da clareza; (3) princípio da explicação e da adequação; (4) princípio da substituição; (5) princípio da não-tautologia; (6) princípio da generalização e da abstracção; (7) princípio da adaptação ao público-alvo; (8) princípio da previsibilidade.

Com efeito, a definição deve descrever o conceito explicitando a sua delimitação, o que implica uma formulação concisa e clara, mas que terá de plasmar a complexidade subjacente ao conceito. Tal implica evitar, naturalmente, a tautologia e a circularidade. Se se tornar demasiado lata passará a incluir elementos que a transformam em descrição. Deve situar o conceito de forma clara dentro do sistema conceptual, possuindo o grau de tecnicidade e de complexidade adequado aos seus destinatários-alvo (utilizadores do produto), reflectido num nível de língua em consonância com os objectivos a que se propõe e que são naturalmente condicionados por esse público. No plano da forma, a estrutura enunciativa deve ser monofrásica e afirmativa.

3.2. Característica essencial e característica accidental

Tomando como premissa que a definição é o elo de ligação entre a designação e o conceito, foi defendido, anteriormente, que o conceito de definição que aqui validamos é equivalente a *uma operação lógico-linguística que consiste em determinar as características que identificam com singularidade a intensão de um conceito, permitindo a sua localização no interior de um sistema conceptual*. Logo, como sublinha Rickert ([1888], 2000, p. 232):

/.../ only a part of the world is relevant for the world is relevant for the formation of concepts and for that reason the distinction between what is essential and inessential is unavoidable.

De acordo com a Norma ISO 1087-1 (2000: 3.2.4), uma característica é uma abstracção de uma propriedade de um objecto ou de um conjunto de objectos. Se for de natureza essencial, é definida como: /.../ *indispensable to understanding a concept* (ISO 1087-1, 2000: 3.2.6). A característica tem, assim, uma função crucial na análise dos objectos, na modelação de sistemas conceptuais e, naturalmente, na formulação de definições, sendo a similaridade entre os conceitos revelada pela partilha e a dissimilaridade pela ausência. Vézina (2009, p. 11) sustenta a distinção entre estes dois tipos de características com base na mesma ideia de *indispensabilidade vs dispensabilidade*:

/.../ les caractères attribués à un objet n'ont pas tous la même importance. On distingue ainsi les caractères essentiels (les caractères jugés indispensables à la détermination du concept traité) des caractères non essentiels¹⁵ (les caractères qui apportent un complément d'information sans être absolument nécessaires pour comprendre, décoder ou distinguer un concept).

Neste âmbito, Roche (2012, p. 22) critica a última versão da Norma ISO 704 (2009), defendendo que não deveria ter sido posta de lado a diferença entre *característica essencial* e *característica* ou *diferença accidental*, sendo a primeira entendida como uma propriedade indispensável para a compreensão do conceito e a segunda como um valor associado, que não contribui para a alteração da identidade do objecto, mas tão somente muda a sua descrição, sendo por isso um atributo ou valor associado:

This difference between the characteristics is fundamental. As we have just seen, it expresses knowledge of a different nature. Essential characteristics define and structure concepts. Those which are not, describe objects and, based on the

¹⁵ No âmbito das características não accidentais, Vézina (2009, p. 11) salienta duas distinções: Parmi les caractères non essentiels, on distingue parfois les caractères superfétatoires (les caractères de nature encyclopédique qui s'appliquent à un concept mais dont la mention est superflue) des caractères accidentels (des caractères fortuits, de la nature du possible, qui ne sont pas réalisés dans la totalité des cas).

values linked to them, the various states in which these objects may exist. We shall use the name attributes for these descriptive characteristics so as to remain in line with the vocabulary of knowledge representation.

Não poderemos estar mais de acordo com esta lacuna da Norma, por se entender que só o exercício de identificação e de hierarquização da relevância de determinadas características em detrimento de outras leva a bom porto a construção de definição. Enquadramo-nos, assim, também, na visão de Rickert ([1888]: 2000, p. 232), para quem a especificação de uma característica é sempre um julgamento analítico:

/.../strictly speaking, definition which lists several characteristics should be called a complex of judgments is for the specification of a characteristic is always a judgement. Definition is thus a complex “analytical judgments” which explicitly emphasise what is already thought in the concept.

Tal julgamento analítico é dependente do objectivo da definição. Afigura-se, por isso, particularmente interessante uma outra percepção do filósofo ([1888], 2000, p. 221), no que respeita à enunciação do princípio pragmático que deve presidir à distinção entre característica essencial e característica accidental: */.../ in order to distinguish essential from inessential characteristics a specific purpose is required.* Tal implica, na sua teorização, a necessidade de existência de um ponto de vista e da existência de um princípio de selecção que permite o estabelecimento de critérios para separar o essencial do accidental.

3.3. Harmonização ao serviço da precisão conceptual

Como se encontra patente nos documentos normativos convocados nesta reflexão, o trabalho terminológico pode assumir uma natureza descritiva ou prescritiva, pressupondo a orientação descritiva uma atitude de observação e de análise da emergência de termos e de conceitos de um determinado domínio de especialidade, ao passo que o trabalho de natureza prescritiva pressupõe fundamentalmente um consenso por parte dos utilizadores de determinado sistema de conceitos e de termos (UNESCO, 2005, p. 11)¹⁶:

¹⁶ Para Blanchon a componente descritiva visa a identificar os usos e sentidos existentes num determinado domínio e para uma determinada população, visando a componente prescritiva valorizar um

While descriptive terminology work only observes and analyses the emergence of terms, prescriptive terminology work constitutes an agreement by users to adopt a term for common and repeated use in given circumstances. The latter comprises terminology unification, standardization and harmonization. The motivation for standardizing terminology can have all sorts of commercial reasons or be the result of security and safety considerations.

A necessidade prática de gestão e de optimização dos processos comunicativos monolíngues ou multilíngues em contextos especializados - a qual implica, para ser levada a bom porto, a harmonização e/ou normalização de termos e de conceitos de especialidade - esteve claramente presente desde a etapa inicial de afirmação da Terminologia, tendo sido fortemente impulsionada por entidades como a Organização Internacional de Normalização (ISO), no âmbito do movimento de planificação linguística, o qual tem já um longo historial, indissociável da iniciativa e da intervenção governamental, desenvolvido com mais expressão a partir da Segunda Guerra Mundial. Historiquement parlant, la définition est née d'une volonté de normalisation, initiée principalement par Wüster (Seppälä, 2004, p. 86). A harmonização terminológica combina objectivos de precisão conceptual e de correcção linguística, visando contribuir para a adequação do termo à situação de comunicação. Segundo as necessidades dos destinatários, o processo de harmonização deverá contar com a participação de especialistas do domínio em questão. De entre os documentos normativos no âmbito das metodologias do trabalho terminológico destacam-se particularmente as Normas ISO 1087, 2000 (Terminology Work: Vocabulary - Theory and Application), ISO 860, 2007 (Termonology work: Harmonization of concepts and Terms) e ISO/TR 22 134, 2007 (Practical Guidelines for Socioterminology). A segunda sustenta que a harmonização começa a nível do conceito e continua ao nível do termo, constituindo uma parte integrante do processo de normalização¹⁷. A necessidade decorre do facto de as diferenças

determinado sentido, através do conteúdo informativo veiculado, reforçando o pressuposto da importância da adequação da definição ao público a que se destina (1997, p. 171).

¹⁷ Depecker (2002, p. 57) sustenta que a orientação normalizadora terá aproximado a Terminologia de uma disciplina demasiadamente orientada para a dimensão política: Considérer la terminologie sous l'angle essentiellement de la normalisation en pensant qu'à un concept doit

entre conceitos não serem necessariamente evidentes ao nível da designação (ISO 860, 2007, p.10):

/.../ similarity at the designation level does not necessarily mean that the concepts behind the designations are identical,— mistakes occur when a single concept is designated by two synonyms which by error are considered to designate two different concepts.

Tendo em conta a necessidade de reduzir ou até erradicar essas diferenças, a ISO 1087-1 2000 prevê cinco tipos distintos de harmonização:

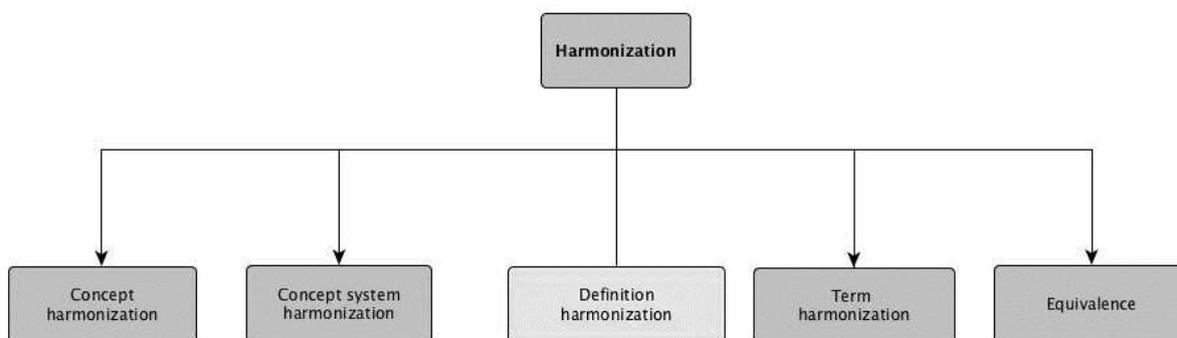


Figura 3. Tipos de harmonização previstos pela ISO 860, 2007.

Qualquer das intervenções descrita pressupõe aumentar o rigor conceptual e a qualidade da comunicação especializada, pressupondo tarefas de ordem vária, de entre as quais, o estabelecimento de correspondências entre conceitos e termos interrelacionados ou com algum nível de sobreposição, ou a descrição de conceitos através de uma definição intensional que reflecta o posicionamento do conceito no interior de um sistema conceptual. A harmonização inscreve-se assim numa perspectiva prescritiva da Terminologia. O *Guidelines for Terminology Policies* (UNESCO, 2005, p. 11) identifica três razões fundamentais para um trabalho terminológico desta índole:

Terminology standardization almost always involves a choice among competing terms. There are several factors that can influence this choice, e.g. economic reasons (a term might be chosen because it is less cumbersome than

correspondre une désignation et une seule, a conduit à séparer la création et le traitement de termes d'usage réels ou possibles.

others), precision (one term might have greater clarity or transparency than others), appropriateness (a term may have disturbing or political connotations associated with it).

Muito em particular, a importância de precisão conceptual na comunicação de especialidade valida a relevância da definição enquanto método de fixação características essenciais de um dado conceito. Ao propor um determinado estado de conhecimento a uma comunidade, a definição institui-se como garante da existência de uma dada significação, operando como elemento que permite o estabelecimento de similitudes e de distinções, o que lhe confere um papel normalizador (Seppälä, 2007, p. 38):

Du moment qu'il existe une définition d'un concept, celle-ci aura forcément pour effet de le fixer (lui, ainsi que la forme linguistique du terme qui le désigne), sinon de le créer. En fixant la relation qui unit un concept à son ou ses terme(s), la définition terminographique sert également de passerelle entre terme(s) et concept, et donne accès au référent, ce qui lui confère le pouvoir d'attester l'existence d'un concept, mais aussi celui de le faire connaître, lui, et la réalité qu'il désigne.

No domínio da prática terminográfica, a definição, ainda que resultante de uma actividade descritiva, tende a ser entendida como um acto prescritivo, intencionalidade nem sempre pretendida, como adverte Seppälä (2007, p. 40).

Conclusão

Neste artigo, subscreve-se a visão de que a definição tem por objectivo permitir que um conceito seja claramente *cartografado*, distinguindo-se de outros conceitos, dentro de um determinado sistema conceptual - Felber (1985), Bessé (1997), Depecker (2002) e Costa (2011). É nosso entender que a definição constitui uma operação lógico-linguística que consiste em determinar as características que identificam com singularidade a intensão de um conceito, permitindo a sua localização no interior de um sistema conceptual.

Será pois o momento de perguntar, como fez *Humpty Dumpty*, o ovo de personalidade intrigante de *Through the Looking-Glass* (1871) (sequela do clássico de literatura infantil, *Alice's Adventures in Wonderland*), quem detém o *poder* de estabelecer o

conteúdo de uma definição? Esse *poder* relaciona-se de algum modo com o princípio da arbitrariedade? Até que ponto aquele que utiliza um determinado conceito lhe pode atribuir um novo significado?

Mesmo não partilhando com *Humpty Dumpty* objectivo reduzir o conceito a um significado hipoteticamente único e utopicamente monossémico, entende-se em qualquer trabalho prático em torno da definição é vital a tarefa de analisar evidências que sustentem argumentos para seleccionar, delimitar e circunscrever as características que podem ser entendidas como essenciais. Na tarefa de tentar identificar a *constituição do conceito*, afigura-se crucial reter que: /.../ *les critères retenus pour décrire un concept forment la dimension du concept. (...)* [La] *dimension a le mérite de mettre en valeur l'aspect multidimensionnel du concept.* (Depecker, 2002, p. 121).

Por fim, perante impermanência e a transitoriedade dos valores sociais, poderá parecer tarefa vã a reflexão sobre o intrincado universo da definição, pois, afinal, a precisão conceptual e a correcção linguística são objectivos que não se coadunam com a urgência e a efemeridade do trabalho exclusivamente orientado para obtenção célere de resultados.

BIBLIOGRAFIA

- BESSÉ, B. (1997). Terminological Definitions. In S. E. Wright & G. Budin (Eds.), *Handbook of Terminology Management* (Vol. 1, pp. 63-74). Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- BLANCHON, E. (1997). Point de vue sur la definition. *Meta*, 42(1), 168-173.
- BRANQUINHO, J., & Murcho, D. (2001). *Enciclopédia de termos-lógico filosóficos*. Lisboa: Gradiva.
- CABRÉ, M. T. (1993). *La terminología: Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries.
- CARROLL, L. (1896). *Through the Looking-Glass, and what Alice found there*. London: Macmillan.
- COSTA, R. (2013). Terminology and Specialised Lexicography: two complementary domains. *Lexicographica*, 29(1), 29–42.
- DEPECKER, L. (2002). *Entre signe et concept: éléments de terminologie générale*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.
- DUBUC, R. (1978). *Manuel pratique de terminologie* (Vol. 8). Montréal (Québec): Linguattech Éditeur.
- ECO, U. (2001). *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FELBER, H. (1985). *Manuel de Terminologie* (Vol. 6). Paris: Unesco.

- HEMPEL, C. G. (1970). *Aspects of scientific explanation – and other essays in the Philosophy of Science*. United States of America: The Free Press.
- KOCOUREK, R. (2001). Le terme et sa définition. In R. Kocourek (Ed.), *Essais de Linguistique Française et Anglaise. Mots et termes, sens et textes* (Vol. 48, pp. 271-297). Belgium: Peeters Publishers - Bibliothèque de l'Information Grammaticale.
- MEYER, I. (2001). Extracting knowledge-rich contexts for terminography: a conceptual and methodological framework. In D. Bourigault, C. Jacquemin & MC. L'homme (Eds.), *Recent advances in Computational Terminology* (pp. 279-302). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- NORMA ISO/FDIS 1087-1:2000 (E/F) (2000). *Terminology work – Vocabulary – Part 1: Theory and application*. (s./l.) International Standards Organization.
- NORMA ISO/FDIS 704: 2000 (E) (2000). *Terminology work – Principles and methods*, (s./l.) International Standards Organization.
- NORMA ISO/ FDIS 704: 2009 (E) (2009). *Terminology work – Principles and methods*. (s./l.) International Standards Organization.
- PEARSON, J. (1998). *Terms in context*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- PICHT, H. (2011). The Science of Terminology: History and Evolution. *Terminologia*, 18, 6-26.
- PREVERT, J., Yann L. L., & I. Varloteaux. (1949). *Paroles*. Paris: Gallimard.
- REY, A. (1995). *Essays on Terminology*. (J. Sager, Trans.). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- REY, A. (2000). Defining definition. In J. Sager (Ed.), *Essays on definition* (pp. 1-14). Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- REY-DEBOVE, J. (1971). *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. Paris: Mouton, The Hague.
- RICKERT, H. (2000). The Theory of definitions. In J. Sager (Ed.), *Essays on Definition* (pp. 196-249). Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- ROCHE, C., Calberg-Challot, M., Damas, L., & Rouard, P. (2009). Ontoterminology: A new paradigm for terminology. *International Conference on Knowledge Engineering and Ontology Development* (pp. 321-326), HAL, Madeira.
- SAGER, J. (2000). *Essays on Definition*. Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- SEPPÄLA, S. (2007). La définition en terminologie: typologies et critères définitoires. *Terminologie & Ontologies : Théories et Applications: Actes de la première conférence TOTh*, Annecy, France.
- STREHLOW, R. (1997). Frames and the Display of Definitions. In S. E. Wright & G. Budin (Eds.), *Handbook of Terminology Management* (Vol. 1, pp. 75-87). Amsterdam: John Benjamins Publishing.

WRIGHT, S. E., & Budin, G. (1997). *Handbook of Terminology Management* (Vol. 1). Amsterdam: John Benjamins Publishing.

VEZINA, R. (2009). *La rédaction de définitions terminologiques*. Montréal: Québec.

ZIMAN, J. (1991). *Reliable Knowledge. An Exploration of the Grounds for Belief in Science*. Cambridge: Cambridge University Press.

UNESCO (2005). *Guidelines for Terminology Policies. Formulating and Implementing Terminology Policy in Language Communities* (pp- 1-39). Paris: UNESCO.